



PREFEITURA MUNICIPAL DE TARABAI

CNPJ 44.873.396/0001-57

Av. Prefeito Waldemar Calvo, 2305 - Centro - CEP 19210-000

Tarabai - SP - Fone/Fax: (18) 3289-9090

email: secretariapmt@totalvia.com.br / www.tarabai.sp.gov.br

Edital nº 01/2017

Concurso Público nº 01/2017 CADERNO DE QUESTÕES Procurador Jurídico Municipal

- Você recebeu este caderno de questões contendo 40 questões e uma questão dissertativa, juntamente com as devidas folhas de respostas. Quando for permitido, abra o caderno, confira a impressão da prova. Em sua folha de respostas, confira seu nome e demais dados impressos.
- Leia atentamente as questões e assinale apenas uma alternativa.
- Marque na folha de respostas a letra correspondente à alternativa que você escolheu.
- A duração da prova é de 3h30, sendo a permanência mínima de 1 hora.
- Ao término da prova você entregará a folha de respostas juntamente com este caderno de prova, podendo levar apenas o rascunho do gabarito.
- Assine, no espaço determinado, sua folha de resposta.

NOME DO CANDIDATO										Nº DA INSCRIÇÃO									

Transcreva abaixo as suas respostas, dobre na linha pontilhada e destaque cuidadosamente

RESPOSTAS

01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40

Gabarito	10/07/2017
Classificação Geral	17/07/2017
Classificação Final	20/07/2017

Conhecimentos Específicos

1. Quanto aos direitos e suas garantias fundamentais contidos na Constituição Federal da República podemos dizer que as garantias são meios destinados a fazer valer os direitos, já esses direitos são estabelecidos como bens e vantagens conferidos pela norma, dessa forma as garantias conferem os instrumentos pelos quais se asseguram o exercício e gozo daqueles bens e vantagens. Assinale V para verdadeiro e F para falso

() Garantia constitucional contida no art. 5º XLII, CF - A prática de racismo constitui crime inafiançável e imprescritível, sujeito à pena de reclusão nos termos da lei. Direito contido no art. 5º, CF - Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza.

() Garantia constitucional contida no art. 5º, V, CF - É assegurado o direito de resposta, proporcional ao agravo, além da indenização por dano material, moral ou à imagem. Direito contido no art. 5º, IV, CF - É livre a manifestação do pensamento, sendo vedado o anonimato.

() Garantia constitucional contida no art. 5º, LXVIII, CF - Conceder-se-á habeas corpus sempre que alguém sofrer ou se achar ameaçado de sofrer violência ou coação em sua liberdade de locomoção, por ilegalidade ou abuso de poder. Direito contido no art. 5º, XV, CF - É livre a locomoção em território em tempo de paz.

() Garantia contida no art. 5º, LXXII, CF - Conceder-se-á habeas data. Direito contido no art. 5º, XVII, CF - É plena a liberdade de associação para quaisquer fins.

Assinale a alternativa em que todas as afirmativas estão corretas:

(A) V, V, F, V.

(B) F, V, F, V.

(C) V, V, V, F.

(D) F, F, F, V.

2. A família, a criança, o adolescente e o idoso tem assegurado um capítulo especial na Constituição Federal da República, a qual especifica normas de aplicabilidade imediata e outras dirigidas ao legislador ordinário.

Assinale a alternativa que corresponde a esse direito contido na Constituição Federal de 1988.

(A) A adoção será assistida pelo Poder Público, na forma da lei, vedada sua efetivação por estrangeiro.

(B) Os pais têm o dever de assistir, criar e educar os filhos menores, e os filhos maiores têm o dever de ajudar e amparar os pais na velhice, por carência ou enfermidade.

(C) Os idosos, mesmo após 65 anos de idade, não têm direito à gratuidade nos transportes coletivos urbanos.

(D) O planejamento familiar, fundado nos princípios da dignidade da pessoa humana e da paternidade responsável, é disciplinado somente pelo Estado, vedada a livre decisão do casal.

3. Ouvidos o Conselho da República e o Conselho de Defesa Nacional, o Presidente da República pode solicitar ao Congresso Nacional autorização para decretar o estado de sítio. Na vigência do estado de sítio decretado, só poderão ser tomadas contra as pessoas as seguintes medidas, exceto:

(A) Obrigação de permanência em localidade determinada e detenção em edifício não destinado a acusados ou condenados por crimes comuns.

(B) Restrições relativas à inviolabilidade da correspondência, ao sigilo das comunicações, às prestações de informações e à liberdade de imprensa, radiodifusão e televisão, inclusive restrições à difusão de pronunciamentos de parlamentares efetuados em suas Casas Legislativas mesmo que liberada pela respectiva Mesa.

(C) Suspensão da liberdade de reunião e busca e apreensão em domicílio.

(D) Intervenção nas empresas de serviços públicos e requisição de bens.

4. Quanto à relação das entidades da administração Pública Indireta é correto afirmar que:

(A) As autarquias podem celebrar contratos de natureza privada, que serão regulados pelo direito privado.

(B) Os empregados de empresas públicas e sociedade de economia mista podem acumular seus empregos com cargos ou funções públicas da Administração Direta.

(C) As fundações públicas não se destinam as atividades relativas à assistência social e atividades culturais.

(D) Os bens que integram o patrimônio de todas as empresas públicas têm a qualificação de bens públicos.

5. Os órgãos públicos ou, simplesmente, órgãos são denominados como centros de competência, necessário para se fazer a estruturação da Administração, quanto a estes órgãos é correto afirmar que:

- (A) Cada órgão, como centro de competência, tem necessariamente funções, cargos e agentes, mas é distinto desses elementos, que podem ser modificados, substituídos ou retirados sem supressão da unidade orgânica.
- (B) Dentro dos órgãos existem cargos que são ocupados por seus agentes que, por sua vez, desempenham funções públicas.
- (C) As atuações dos órgãos públicos são imputadas às pessoas jurídicas a que pertencem, justamente por serem os órgãos despersonalizados. Exemplo: secretarias, subprefeituras, ministérios etc.
- (D) Os órgãos públicos não possuem personalidade jurídica própria, são despersonalizados, e quem responde por suas atuações é a pessoa jurídica a qual o órgão pertence.

6. Zé Maria, servidor público do município X, foi acusado de ter recebido vantagens indevidas valendo-se de seu cargo público, sendo denunciado à justiça criminal e instaurado, no âmbito administrativo, processo disciplinar por ter infringido seu estatuto funcional pela mesma conduta. Ocorre que Zé Maria, o servidor público, foi absolvido pelo Poder Judiciário em razão de ter ficado provada a inexistência do ato ilícito que lhe fora atribuído.

- I - A decisão absolutória não influirá na decisão administrativa do processo administrativo disciplinar, por serem independentes.
- II - Haverá repercussão no âmbito do processo administrativo disciplinar, não podendo a administração pública punir o servidor público pelo fato decidido na esfera penal.
- III - Em nenhuma hipótese a decisão penal surtirá efeito na esfera administrativa, mesmo que a conduta praticada pelo servidor seja prevista como ilícito penal e ilícito administrativo.
- IV - A punição na instância administrativa nunca poderá ser anulada, caso tenha sido aplicada.

Assinale a alternativa em que toda(s) a(s) afirmativa(s) está(ão) correta(s):

- (A) I, II, III e IV.
- (B) II e III, apenas.
- (C) II, apenas.
- (D) III e IV, apenas.

7. Após realizar depósito do montante integral de débito fiscal, Guilhermino procurou um advogado de sua confiança e ajuizou, perante o órgão competente, ação anulatória de débito fiscal. Neste caso é correto afirmar que:

- (A) o depósito prévio do montante integral é requisito de admissibilidade da ação ajuizada por Guilhermino.
- (B) o depósito do montante objeto de discussão judicial poderá ser levantado caso Guilhermino tenha seu pedido julgado procedente perante o juízo de primeiro grau.
- (C) caso o contribuinte Guilhermino saia vencedor, caberá à Fazenda promover execução fiscal para fins de receber o crédito que lhe é devido.
- (D) o depósito prévio do montante integral produz os efeitos de impedir a propositura da execução fiscal, bem como evita a fluência dos juros e a imposição de multa.

8. Foi editada uma lei, em determinado Estado da Federação, que dispõe em um de seus artigos um percentual do valor dos emolumentos relativos aos atos praticados pelos cartórios de notas serão destinados à Caixa de Assistência dos Advogados do Estado e 50% deste valor à Associação dos Magistrados do Estado. Essa lei é:

- (A) inconstitucional, visto que os emolumentos são espécies de contribuição especial, não podendo ser direcionados para custear entidades privadas.
- (B) inconstitucional no que se refere à destinação dos emolumentos, que tem natureza de taxa, e não podem ser destinados às entidades privadas.
- (C) constitucional, uma vez que os emolumentos são preços públicos, fixados em lei, para custear atividade concedida a particular.
- (D) parcialmente válida e eficaz, uma vez que os emolumentos não podem ser destinados a duas entidades de natureza distinta.

9. Sobre o ICMS, é correto afirmar que:

- (A) Incide sobre prestação de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação, assim como sobre o valor total da operação, quando as mercadorias forem fornecidas com serviços não compreendidos na competência impositiva municipal.
- (B) É não cumulativo, significando que, em qualquer hipótese, deverá ser assegurado o crédito para compensação com o montante devido nas operações ou prestações seguintes.

(C) Têm as suas alíquotas estabelecidas pelo Senado Federal, aplicáveis às operações e prestações internas, interestaduais e de exportação.

(D) Sendo de competência tributária do Estado-Membro, somente a legislação estadual pode excluir da incidência do imposto, nas exportações para o exterior, serviços e produtos determinados.

10. Assinale a alternativa correta em relação às receitas e às despesas públicas.

(A) Considera-se subvenção social a transferência destinada a cobrir despesas de custeio de intervenção no domínio econômico nos serviços essenciais de empresas públicas.

(B) As dotações destinadas ao atendimento de obras de conservação e adaptação de bens imóveis são consideradas despesas de custeio.

(C) O superávit do orçamento corrente resultante do balanceamento dos totais das receitas e despesas correntes constitui item de receita orçamentária.

(D) As receitas agropecuárias são classificadas como receitas de capital.

11. Foi regulamentada por meio da Lei de Responsabilidade Fiscal, Lei Complementar nº 101/2000, onde essa lei de diretrizes orçamentárias está prevista na Constituição da República Federativa do Brasil.

A lei de diretrizes orçamentárias nesse sentido, no que se refere, assinale a afirmativa incorreta:

(A) A lei de diretrizes orçamentárias é de iniciativa do Poder Executivo.

(B) A lei de diretrizes orçamentárias compreenderá o orçamento fiscal referente aos poderes da União, seus fundos, órgãos e entidades da administração direta e indireta, inclusive fundações instituídas e mantidas pelo poder público.

(C) Os projetos de lei relativos às diretrizes orçamentárias devem ser apreciados pelas duas casas do Congresso Nacional.

(D) Quando não compatíveis com o plano plurianual, as emendas ao projeto de lei de diretrizes orçamentárias não poderão ser aprovadas.

12. Leia atentamente as afirmativas:

I - O plano plurianual, as diretrizes orçamentárias e os orçamentos anuais serão estabelecidos por leis de iniciativa do Presidente da República, de qualquer membro ou Comissão da Câmara dos Deputados, do Senado Federal ou do Congresso Nacional.

II - O Presidente da República poderá enviar mensagem ao Congresso Nacional para propor modificação nos projetos de lei do plano plurianual, das diretrizes orçamentárias e dos orçamentos anuais enquanto não iniciada a votação, na Comissão mista, da parte cuja alteração é proposta.

III - Os projetos de lei relativos ao plano plurianual, às diretrizes orçamentárias, ao orçamento anual e aos créditos adicionais serão, segundo a Constituição Federal, discutidos e votados em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, considerando-se aprovados se obtiverem, em ambos, três quintos dos votos dos respectivos membros.

IV - A lei de diretrizes orçamentárias compreenderá as metas e prioridades da administração pública federal, incluindo as despesas de capital para o exercício financeiro subsequente, orientará a elaboração da lei orçamentária anual, disporá sobre as alterações na legislação tributária e estabelecerá a política de aplicação das agências financeiras oficiais de fomento.

Assinale a alternativa em que todas as afirmativas estão corretas sobre a elaboração da lei orçamentária que dispõe a Constituição Federal:

(A) I, II e III, apenas.

(B) II e III, apenas.

(C) II e IV, apenas.

(D) III e IV, apenas.

13. Aloilton, menor de dezesseis anos de idade, combina com seus colegas e quebram a vidraça da escola onde estudam, dessa forma Aloilton veio a praticar tal ato com a alegação que ficou sabendo que pessoas incapazes não teriam que pagar prejuízos que causarem. No que se refere à responsabilidade civil, assinale a afirmativa incorreta:

(A) A indenização mede-se pela extensão do dano, mas se houver excessiva desproporção entre a gravidade da culpa e o dano, poderá o juiz reduzi-la equitativamente.

(B) Haverá obrigação de reparar o dano, independentemente de culpa, nos casos especificados em lei, ou quando a atividade normalmente desenvolvida pelo autor do dano implicar, por sua natureza, risco para os direitos de outrem.

(C) Aloilton sendo incapaz não responde pelos prejuízos que causar, ainda que as pessoas por ele responsáveis não tenham obrigação de fazê-lo ou não disponham de meios suficientes.

(D) Aquele que ressarcir o dano causado por outrem pode reaver o que houver pago daquele por quem pagou, salvo se o causador do dano for descendente seu, absoluta ou relativamente incapaz.

14. João e Maria, maiores de 18 anos, portadores de síndrome de down, se dirigiram até ao escritório de seu advogado, com o intuito de colherem informações a respeito da legislação em vigor sobre os incapazes. Dessa forma o indagaram se os mesmo poderiam contrair núpcias sem que tivessem alguma restrição. Segundo o Código Civil, após as alterações introduzidas pelo Estatuto da Pessoa com Deficiência, Lei nº 13.146/2015, em relação ao casamento e à união estável, é correto afirmar que:

- (A) Os primos estão impedidos de contrair matrimônio entre si.
- (B) A pessoa com deficiência mental ou intelectual em idade núbia poderá contrair matrimônio, expressando sua vontade diretamente ou por meio de seu responsável ou curador.
- (C) No regime da comunhão parcial de bens, excluem-se na comunhão as benfeitorias em bens particulares de cada cônjuge.
- (D) É nulo o casamento contraído pelo enfermo mental sem o necessário discernimento para os atos da vida civil.

15. Em relação aos contratos de empréstimo e mandato, assinale a afirmativa incorreta:

- (A) O comodatário não poderá jamais recobrar do comodante as despesas feitas com o uso e gozo da coisa emprestada.
- (B) Havendo poderes de substabelecer, só serão imputáveis ao mandatário os danos causados pelo substabelecido, se tiver agido com culpa na escolha deste ou nas instruções dadas a ele.
- (C) O comodato é o empréstimo gratuito de coisas não fungíveis; perfaz-se com acordo de vontades.
- (D) O maior de dezesseis e menor de dezoito anos não emancipado pode ser mandatário, mas o mandante não tem ação contra ele senão de conformidade com as regras gerais, aplicáveis às obrigações contraídas por menores.

16. Antônia contratou os pedreiros, Mário e Caio, para realizar a reforma de sua casa. No contrato celebrado entre os três, foi fixado o prazo de trinta dias para a prestação do serviço de reforma, o que não foi cumprido, embora tenha sido feito o pagamento dos valores devidos pela contratante.

Com o objetivo de rescindir o contrato celebrado e ser ressarcida do montante pago, Antônia procura um advogado, mas lhe informa que não gostaria de processar Mário, por serem amigos de infância.

Sobre a hipótese apresentada, assinale a opção que indica o procedimento correto a ser adotado:

- (A) Não será possível o ajuizamento da ação unicamente em face de Caio, uma vez que a hipótese tratada é de litisconsórcio necessário. Caso a ação não seja ajuizada em face de Mário, o juiz deverá determinar que seja requerida sua citação, sob pena de extinção do processo.
- (B) Será possível o ajuizamento da ação unicamente em face de Caio, na medida em que a hipótese tratada é de litisconsórcio simples. A sentença proferida contra Caio será ineficaz em relação a Mário.
- (C) Será possível o ajuizamento da ação unicamente em face de Caio, na medida em que a hipótese tratada é de litisconsórcio facultativo. A sentença proferida contra Caio será eficaz em relação a Mário, pois entre eles há comunhão de direitos ou de obrigações.
- (D) Não será possível o ajuizamento da ação unicamente em face de Caio, uma vez que a hipótese tratada é de litisconsórcio simples. A sentença proferida contra Caio será ineficaz.

17. Em relação às provas no Código de Processo Civil (CPC/2015), assinale a afirmativa correta:

- (A) A produção antecipada da prova será admitida nos casos em que o prévio conhecimento dos fatos possa justificar ou evitar o ajuizamento de ação.
- (B) A prova exclusivamente testemunhal só se admite nos contratos cujo valor não exceda o décuplo do maior salário mínimo vigente no país, ao tempo em que foram celebrados.
- (C) A produção antecipada da prova previne a competência do juízo para a ação que venha a ser proposta.
- (D) Ao juiz incumbe-lhe determinar, a qualquer tempo, o comparecimento pessoal das partes, para inquiri-las sobre os fatos da causa; havendo silêncio ou recusa em depor, incidirá a pena de confesso.

18. Em relação aos procedimentos de jurisdição voluntária no Código de Processo Civil (CPC/2015), assinale a afirmativa correta:

- (A) Contra sentença prolatada em procedimentos de jurisdição voluntária não cabe recurso.
- (B) No procedimento da notificação e da interpelação, o juiz em qualquer caso irá ouvir o requerido antes do deferimento da notificação, podendo apresentar contestação escrita em 15 dias.
- (C) Na ação de divórcio direto consensual, é obrigatória a realização de audiência de conciliação ou ratificação.

(D) O tabelião somente lavrará a escritura pública de divórcio consensual se os interessados estiverem assistidos por advogado ou por Defensor Público, cuja qualificação e assinatura constarão do ato notarial.

19. Em relação ao trabalhador doméstico, assinale a alternativa incorreta:

(A) A ausência de finalidade lucrativa no local de prestação de serviços do doméstico é requisito essencial para a caracterização desse tipo de trabalhador.

(B) O empregado doméstico tem jornada limitada a oito horas diárias e quarenta e quatro horas semanais, equiparando-se, pois, aos trabalhadores regidos pela CLT.

(C) É exigência legal para a caracterização do vínculo de emprego doméstico que o trabalhador preste serviços todos os dias, já que a lei impõe o requisito da continuidade da prestação de serviços.

(D) É vedado descontar dos salários do empregado doméstico que more no local onde presta serviços os valores referentes ao fornecimento de alimentação, vestuário, higiene ou moradia.

20. Determinado trabalhador – pessoa física – prestou serviços como pintor automotivo por dois dias na semana, durante dez anos para uma empresa fabricante de automóveis, sem registro em carteira. A frequência de comparecimento foi determinada pelo empregador, uma vez que o trabalhador somente poderia se ativar quando os carros já estivessem totalmente montados, o que só acontecia a partir das quintas-feiras. No ano corrente, foi dispensado e propôs ação trabalhista com pedido de reconhecimento de vínculo. Levando em conta que estão presentes a pessoalidade, a onerosidade e a subordinação, o resultado da ação, analisando apenas o requisito da não eventualidade, será:

(A) Procedente, pois além das suas atividades se inserirem na atividade-fim do empregador, o comparecimento fazia parte da rotina do trabalhador e do empregador.

(B) Improcedente, uma vez que suas tarefas não se inserem na atividade-fim do empregador, não restando caracterizada a não eventualidade da prestação de serviços.

(C) Improcedente, pois o comparecimento por apenas dois dias na semana não permite a caracterização da habitualidade, o que impede a formação do vínculo.

(D) Procedente, pois, ainda que não presente a habitualidade, a presença dos outros quatro requisitos permite o reconhecimento do vínculo.

21. Determinada empresa afastou uma de suas funcionárias analistas administrativas em virtude de acidente de trabalho pelo período de três meses. Por consequência, não podendo permanecer durante este período com uma funcionária a menos, a empresa entrou em contato com uma ETT, a qual, por sua vez, lhe enviou Maria, uma analista administrativa que entrou no lugar da funcionária afastada. Durante o período de afastamento da empregada, a tomadora de serviços pagou o combinado à ETT. No entanto, terminada a prestação de serviços, Maria não havia recebido quaisquer de seus direitos trabalhistas e, por tal motivo, procura um advogado para, judicialmente, obter seus créditos. No momento da propositura da ação, o advogado toma conhecimento de que há pedido de falência em andamento para a ETT. Neste caso, o advogado:

(A) irá propor uma reclamação trabalhista em face da ETT e da tomadora, pedindo a condenação solidária de ambas ao adimplemento dos créditos trabalhistas de Maria, nos termos da lei.

(B) irá propor uma reclamação trabalhista em face da ETT e da tomadora, pedindo a condenação subsidiária de ambas ao adimplemento dos créditos trabalhistas de Maria, nos termos da lei.

(C) vai propor uma reclamação trabalhista apenas em face da ETT, eis que esta é a real empregadora de Maria, nada sendo devido pela tomadora.

(D) vai escolher entre propor uma reclamação trabalhista em face da ETT ou da tomadora, sendo mais conveniente acionar a empresa que melhor saúde financeira tiver.

22. Em razão do aumento do número de crimes de dano qualificado contra o patrimônio da União foi editada uma lei que passou a prever que, entre 20 de agosto de 2015 e 31 de dezembro de 2015, tal delito, Art. 163, parágrafo único, inciso III, do Código Penal, passaria a ter pena de 2 a 5 anos de detenção, o que antes era detenção de 6 meses a 3 anos e multa. João, em 20 de dezembro de 2015, destrói dolosamente um bem de propriedade da União, razão pela qual foi denunciado, em 08 de janeiro de 2016, como incurso nas sanções do Art. 163, parágrafo único, inciso III, do Código Penal.

Considerando a hipótese narrada, no momento do julgamento, em março de 2016, deverá ser considerada, em caso de condenação, a pena de:

(A) 6 meses a 3 anos de detenção, pois a Constituição prevê o princípio da retroatividade da lei penal mais benéfica ao réu.

(B) 2 a 5 anos de detenção, pois a lei temporária tem ultratividade gravosa.

(C) 6 meses a 3 anos de detenção, pois aplica-se o princípio do tempus regit actum.

(D) 2 a 5 anos de detenção, pois a lei excepcional tem ultratividade gravosa.

23. Revoltado com a conduta de um Ministro de Estado, Mário se esconde no interior de uma aeronave pública brasileira, que estava a serviço do governo, e, no meio da viagem, já no espaço aéreo equivalente ao Uruguai, desferiu 05 facadas no Ministro com o qual estava insatisfeito vindo a causar-lhe lesão corporal gravíssima.

Diante da hipótese narrada, com base na lei brasileira, assinale a afirmativa correta.

(A) Mário poderá ser responsabilizado, segundo a lei brasileira, com base no critério da territorialidade.

(B) Mário poderá ser responsabilizado, segundo a lei brasileira, com base no critério da extraterritorialidade e princípio da justiça universal.

(C) Mário poderá ser responsabilizado, segundo a lei brasileira, com base no critério da extraterritorialidade, desde que ingresse em território brasileiro e não venha a ser julgado no estrangeiro.

(D) Mário não poderá ser responsabilizado pela lei brasileira, pois o crime foi cometido no exterior e nenhuma das causas de extraterritorialidade se aplica ao caso.

24. O Ministério Público ofereceu denúncia em face de Matheus, não plenamente identificado, a partir de inquérito policial que apurava a prática de crime de estupro. O endereço constante do inquérito foi diligenciado para citação do réu, mas foi informado que este estava em local incerto e não sabido. Diante disso, foi publicado edital para sua citação.

Considerando apenas as informações narradas, assinale a afirmativa correta.

(A) É válido o edital que identifica o réu por suas características, ainda que desconhecida sua qualificação completa.

(B) O réu que, citado por edital, não comparecer nem constituir advogado poderá ter seu processo e o curso do prazo prescricional suspensos por tempo indefinido.

(C) Ainda que Matheus esteja preso na mesma unidade da Federação em que foi oferecida a denúncia, a citação por edital será válida.

(D) Não existe citação por hora certa no âmbito do Processo Penal brasileiro.

25. João, irmão de Carlos, compareceu à Delegacia e narrou que foi vítima de agressões que lhe causaram lesão corporal de natureza leve. afirmou João, em sede policial, que Carlos desferiu um soco em seu rosto, deixando a agressão vestígios, mas esclareceu que não necessitou de atendimento médico. Apesar de demonstrar interesse inequívoco em ver seu irmão responsabilizado criminalmente pelo ato praticado, não assinou termo de representação formal, além de não realizar exame de corpo de delito. Carlos foi denunciado pela prática do crime do Art. 129, § 9º, do Código Penal.

João não foi localizado para ser ouvido, na fase de instrução processual, não havendo outras testemunhas presenciais. Carlos, em seu interrogatório, contudo, confirmou que desferiu um soco no rosto de seu irmão. Em relação aos documentos do processo, consta apenas a Folha de Antecedentes Criminais do acusado.

Considerando apenas as informações narradas na hipótese, assinale a afirmativa correta.

(A) O processo deve ser extinto sem julgamento do mérito, pois a representação do ofendido necessariamente deve ser expressa e formal.

(B) Existe prova da materialidade, pois o Código de Processo Penal admite a figura do exame de corpo de delito indireto e este ocorreu no caso concreto.

(C) Não existe prova da materialidade, pois o Código de Processo Penal apenas admite o exame de corpo de delito direto.

(D) Não existe prova da materialidade, pois, quando a infração penal deixa vestígios, o exame de corpo de delito é indispensável, não podendo supri-lo a confissão do acusado.

26. Com base na Lei Orgânica do Município de Tarabai em seu artigo 55 – A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer Vereador ou Comissão da Câmara, ao Prefeito Municipal e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Lei Orgânica devendo ser apreciadas dentro de 90 (noventa) dias a contar do recebimento.

Assinale as afirmativas com V em sendo verdadeiras e F em sendo falsas sobre o correto dizer que compete privativamente ao Prefeito Municipal à iniciativa das leis que versem sobre:

() Regime jurídico dos servidores.

() Criação de cargos, empregos e funções na Administração Direta e autárquica do Município ou aumento de sua remuneração.

() Orçamento anual, diretrizes orçamentárias e plano plurianual

() Criação, estruturação e atribuições dos órgãos da administração indireta do Município.

Assinale a alternativa em que todas as afirmativas estão corretas.

- (A) V, V, V, F.
- (B) V, V, F, V.
- (C) F, V, F, V.
- (D) F, F, F, V.

27. Sobre a publicação das leis e atos municipais é **correto** afirmar que:

- (A) Será feita apenas em órgão da imprensa regional.
- (B) Será feita apenas por meio de afixação em local próprio e de fácil acesso público na sede da Prefeitura Municipal ou da Câmara Municipal.
- (C) A publicação dos atos não normativos não poderá ser resumida.
- (D) Os atos de efeitos externos só produzirão efeitos após a sua publicação em órgão da imprensa regional ou através de afixação em local próprio e de fácil acesso público na sede da Prefeitura Municipal ou da Câmara Municipal.

28. São competências privativas do Município de Tarabai:

- I - Criar, organizar e suprir distritos, observada a legislação estadual.
- II - Manter, com cooperação técnica e financeira da União e do Estado, programas de educação pré-escolar e do ensino fundamental.
- III - Cuidar da saúde e assistência pública, da proteção e garantia das pessoas portadoras de deficiência.

Assinale a alternativa em que todas as afirmativas estão **corretas**:

- (A) I e II, apenas.
- (B) I e III, apenas.
- (C) II e III, apenas.
- (D) I, II e III.

29. São dentre as várias competências do Prefeito:

- I - Enviar a Câmara, quando solicitado, o projeto de lei do orçamento anual, das diretrizes orçamentárias e do orçamento plurianual de investimentos.
- II - Sancionar, promulgar e fazer publicar as leis aprovadas pela Câmara e expedir regulamentos para sua fiel execução.
- III - Dispor sobre a organização e o funcionamento da administração municipal, na forma da lei.
- IV - Prestar a Câmara, dentro de 45 (quarenta e cinco) dias, as informações solicitadas, na forma da regimental.
- V - Vetar, no todo ou em parte, projetos de lei na forma prevista na Lei Orgânica Municipal.

Assinale a alternativa em que todas as afirmativas estão **corretas**:

- (A) I, III e IV, apenas.
- (B) II, III e V, apenas.
- (C) I, II, III e V, apenas.
- (D) I, II, III, IV e V.

30. O processo legislativo municipal compreende a elaboração de:

- I - Emendas à Lei Orgânica Municipal.
- II - Leis Complementares.
- III - Leis ordinárias.
- IV - Decretos legislativos.
- V - Resoluções.

Assinale a alternativa em que todas as afirmativas estão **corretas**:

- (A) I, II, III, IV e V.
- (B) I, II, IV e V, apenas.
- (C) I, III e IV, apenas.
- (D) I, IV e V, apenas.

Língua Portuguesa

31. _____ pessoas foram _____ ruas protestar contra _____ corrupção.

Assinale a alternativa que completa corretamente as lacunas:

- (A) Bastante – as – à
- (B) Bastantes – às – a
- (C) Bastante – às – a
- (D) Bastantes – as – à

32. Das redações abaixo, assinale a que **não** está pontuada corretamente:

- (A) Os alunos, em fila, aguardavam ansiosos o resultado da prova.
- (B) Em fila, os alunos, aguardavam, ansiosos, o resultado da prova.
- (C) Ansiosos, os alunos aguardavam, em fila, o resultado da prova.
- (D) Os alunos ansiosos aguardavam o resultado da prova, em fila.

33. Assinale a alternativa em que há erro de concordância verbal:

- (A) Os Estados Unidos são um país desenvolvido.
- (B) É meio-dia e meia.
- (C) Ajudaram na festa amigos e parentes.
- (D) Esta laranja está meia podre.

34. Não fui à festa _____ tinha que estudar para a prova.

Assinale a alternativa que completa **corretamente** as lacunas:

- (A) porque
- (B) porquê
- (C) por que
- (D) por quê

35. Indique a alternativa **correta** que completa as lacunas das frases abaixo:

- Mulher assaltada _____ a bolsa roubada.
- Irei para casa assim que _____ terminar o estudo.
- Se ele tivesse _____ não haveria discussão.

- (A) reaveu – dispor – intervindo
- (B) reouve – dispuser – intervindo
- (C) reaveu – dispuser – intervido
- (D) reouve – dispor – intervido

36. Ficamos felizes com convite de Joana que não pudemos deixar de ir até lá, _____ fim de festejar seu aniversário. No entanto, algumas pessoas, não ficaram _____ vontade no local e foram embora antes mesmo de cumprimentar _____ aniversariante.

Assinale a alternativa que completa corretamente as lacunas:

- (A) a – a – a
- (B) a – à – a
- (C) à – a – a
- (D) à – a – à

37. Os candidatos chegaram **cedo**.

Na frase acima, a palavra em destaque é um advérbio de tempo. Trocando essa palavra por **às pressas**, temos um advérbio de:

- (A) modo.
- (B) intensidade.
- (C) tempo.
- (D) lugar.

38. Disseram para ___ falar ___ ontem, mas não ___ encontrei em parte alguma. Assinale a alternativa que completa **corretamente** as lacunas:

- (A) mim – consigo – o
- (B) eu – com ele – lhe
- (C) mim – consigo – lhe
- (D) eu – com ele – o

39. Os investimentos deram certo, **pois** o índice de risco e instabilidade caiu. A palavra em destaque é uma conjunção:

- (A) explicativa.
- (B) opositiva.
- (C) causal.
- (D) condicional.

40. Uma das formas de tratamento está abreviada **erradamente**. Identifique-a:

- (A) V. Revm.^a (Vossa Reverendíssima).
- (B) V.Ex.^a (Vossa Excelência).
- (C) M. Juiz (Meritíssimo Juíz).
- (D) V. Sr.^a. (Vossa Senhoria).